

Gabriel Borowski
Uniwersytet Jagielloński
gabriel.m.borowski@gmail.com

A vantagem dos míopes: entre história e literatura¹

Resumo:

Através de uma sucinta apresentação dos aspectos culturalmente específicos do processo de desenvolvimento da vida intelectual brasileira procura-se lançar uma nova luz sobre o conceito de auditividade, considerado fundamental para o estudo das complexas relações entre a literatura e a história no Brasil. Sob essa ótica, a ficção autonarrativa de feição memorialística deve ser apreendida enquanto uma alternativa para o discurso histórico, uma vez que, manifestando a sua própria ficcionalidade e as limitações do seu próprio foco narrativo, ela consegue evitar as pretensões globalizantes que no caso da heterogênea sociedade brasileira se afiguram inadequadas.

Palavras-chave: ficção autonarrativa, auditividade, história e literatura, memória coletiva, autoritarismo.

¹ O presente trabalho resulta do apoio financeiro concedido pelo Ministério da Ciência e Ensino Superior da República da Polônia no âmbito do programa “Bolsa Diamantina” para a realização do projeto de investigação intitulado “A ficção autonarrativa no Brasil e a (sua) identidade” (DI2011 019841) nos anos 2012-2016.

Abstract:**The advantage of the short-sighted: between history and literature**

Through a brief presentation of some culturally specific aspects of the process of development of the Brazilian intellectual life, this paper seeks to shed new light on the concept of auditivity, considered fundamental for the study of the complex relationships between literature and history in Brazil. From this perspective, the autonarrative fiction with memory feature should be seized as an alternative to historical discourse, since it declares its own fictionality and the limitations of its own narrative focus, and therefore is capable of avoiding the globalizing claims that in the case of heterogeneous Brazilian society appear to be inappropriate.

Keywords: autonarrative fiction, auditivity, history and literature, collective memory, authoritarianism.

O complexo jogo entre o histórico e o literário vem se impondo como um dos problemas centrais da reflexão no âmbito das ciências humanas, ganhando um particular relevo a partir da segunda metade do século XX, quando uma terceira categoria, a memória, começa gradativamente a substituir o conceito de história nos debates sobre os meios de interpretar o passado [Olick, Robbins, 1998; Klein, 2000; Seligmann-Silva, 2003: 64-66; Domańska, 2006; Winter, 2006]. No entanto, é justificável continuar procurando um desenvolvimento crítico das categorias analíticas [Kansteiner, 2002; Olick, 2009] através do estudo dos universos culturais que se colocam numa posição periférica em relação ao domínio europeu ocidental. O objetivo da presente análise é discutir um fenômeno que pode permitir – por meio da descentralização do foco dos *collective memory studies*, deslocando-o para o espaço cultural lusófono – o resgate de um importante aspecto da literatura brasileira, cujo caráter local vem sendo sufocado pelas forças niveladoras operantes no processo da globalização dos produtos culturais a partir da segunda metade do século XX. O fenômeno em questão consta de uma série de autonarrativas ficcionais de feição memorialística, centrais para a formação da literatura brasileira – uma sequência representada no espaço limitado deste artigo por apenas dois romances da segunda fase machadiana (*Memórias*

póstumas de Brás Cubas e *Dom Casmurro*) e *Grande sertão: veredas* de Guimarães Rosa – cuja existência é apreendida sobretudo à luz da categoria da auditividade.

Os romances em questão – retrospectivas em primeira pessoa, cujo narrador não coincide com o autor empírico – foram produzidos num período que se inicia ainda no século XIX² (no momento formador em que a literatura do Brasil chega a uma massa crítica necessária para sua consolidação) e se expande até o início do *memory boom* ocidental (por volta dos anos 1960 e 1970 [Klein, 2000: 127; Winter, 2006: 74]³), o qual coincide também com o nascimento do *testimonio* hispano-americano “enquanto forma autoconsciente” [Penna, 2003: 302] no início dos anos 60, e com os trabalhos (sobretudo de Foucault e Barthes) que preparam o solo para a virada pós-estruturalista, que desembocaria posteriormente na escrita pós-modernista com uma forte colocação e problematização do eu enunciador, da questão de identidade, memória e representação⁴. Constituindo um marco contínuo e indelével no processo do desenvolvimento da literatura brasileira desde o seu início até a década de 60, quando o problema da memória se impõe, de uma forma ou outra, enquanto uma das questões centrais na reflexão no âmbito de ciências humanas, as obras evocadas, de Machado e Rosa – ao lado de *O ateneu*, de Raul Pompeia, ou *São Bernardo*, de Graciliano Ramos, entre outras – revelam um caráter

² Os prenúncios da ficção autonarrativa existiram já antes de *Memórias póstumas* – basta só lembrar *A carteira de meu tio* (1855) e *Memórias do sobrinho de meu tio* (1868), de Joaquim Manuel de Macedo, ou o romance epistolar *Lucíola*, de José de Alencar (1862).

³ Os prenúncios do interesse pela categoria da memória podem ser situados já depois da Segunda Guerra, quando “[c]onceitos iluministas – que estavam na base da historiografia – (...) deixam de ter sentido” [Seligmann-Silva, 2003: 65]. É indispensável também discernir o período de uma crescente importância dada às formas memorialísticas nas décadas de 60 e 70 das preocupações tipicamente acadêmicas que se manifestam posteriormente, nos anos 80.

⁴ No Brasil a difusão dos novos códigos de escrita, resultando numa ficção focada no relato da experiência individual e numa proliferação de relatos de feição autobiográfica, realizou-se só na segunda metade dos anos 80, depois da abertura política [Chamberlain, 1993; Miranda, 1999; Pellegrini 2001].

assíncrono – precedente (!) – da literatura brasileira em relação aos *continua* histórico-literários pertencentes ao domínio europeu ocidental, que manifestam um forte interesse pela categoria da memória só na segunda metade do século XX.

A formação da “linhagem das memórias” [Fischer, 2008: 42] enquanto um fenômeno particular da realidade cultural brasileira resulta das condições socioculturais específicas, originadas pelo prolongado caráter política e culturalmente dependente e responsáveis, pelo menos parcialmente, pela assimetria que caracteriza(va?) os mecanismos da circulação da literatura. Lembre-se, portanto, que desde o período colonial, com a ação catequizadora dos pregadores, passando pela cultura dos conferencistas de academia, dos oradores e recitadores, e estendendo-se até o hábito de leitura em voz alta nos serões no final do século XIX, a literatura brasileira sempre dependeu de um público de auditores. Como diz Antonio Candido [2011: 91], este fato foi “favorecendo, ou mesmo requerendo, no escritor, certas características de facilidade e ênfase, certo ritmo oratório que passou a timbre de boa literatura e prejudicou entre [os brasileiros] a formação dum estilo realmente *escrito* para ser *lido*”. Desse modo, é possível que o caráter auditivo da cultura brasileira, para além de se evidenciar em peculiaridades formais do discurso literário (marcas da oralidade), tenha causado também um forte prejuízo ao desenvolvimento crítico das ciências humanas na base das quais se situa precisamente o conceito da *escrita* (gr. *graphia*), como a *historiografia*⁵.

Importa reconhecer, portanto, o papel da ficção como uma alternativa para o discurso histórico. Esta hipótese harmoniza com as

⁵ Enquanto Hayden White chama atenção ao fato de que o contato com o passado se realiza apenas através de uma série de mediações de caráter textual [cf. White, 2000: 34-35; Domańska, 2000: 24], ele dedica pouca atenção à diferença entre o texto oral e o texto escrito. Paul Connerton [1999: 15-24], por sua vez, desenvolve alguns dos conceitos elaborados no âmbito dos estudos sobre a história oral e opõe a história, cuja concentração nas práticas da escrita resulta numa tendência para a centralização e produção de narrativas totalizantes, à memória, enquanto um conjunto de discursos contestadores produzidos, na maior parte, pelos representantes de grupos marginalizados ou suprimidos.

observações de Antonio Candido no ensaio *Literatura e cultura de 1900 a 1945*, em que o pesquisador afirma que “as melhores expressões do pensamento e da sensibilidade têm quase sempre assumido, no Brasil, forma literária” [Candido, 2011: 137] e que “diferentemente do que sucede em outros países, a literatura tem sido [no Brasil], mais que a filosofia e as ciências humanas, o fenômeno central da vida do espírito” [*ibidem*]. Acrescenta que “ante a impossibilidade de formar [no Brasil] pesquisadores, técnicos, filósofos, ela preencheu a seu modo a lacuna, criando mitos e padrões que serviriam para orientar e dar forma ao pensamento” [*ibidem*: 139]. Segundo Candido, essa particularidade se deve sobretudo à demorada difusão do espírito científico no Brasil, prolongada principalmente pela ausência de iniciativa política durante o período colonial, pelo atraso da instrução e pela insuficiente divisão do trabalho intelectual. Em consequência, foi “a visão” subjetiva, e não “o conhecimento” racional e científico que predominou nos modos de interpretação do mundo, colocando a literatura – frequentemente com características oratórias – numa posição-chave.

A auditividade postulada por Candido⁶ nos anos 50 como uma das marcas da cultura brasileira se torna objeto de uma reflexão realizada quase três décadas mais tarde por Luís Costa Lima, que lhe atribui um significado que no ensaio de Candido fica muito pouco explícito. Costa Lima [1981] considera o caráter auditivo uma das marcas do autoritarismo, uma vez que significa a preponderância de tipos de composição que visem ao impacto que prescindam do entendimento da parte do receptor. O sujeito emissor não procura um diálogo, mas antes tenta empregar vários recursos de retórica que lhe permitam exercer influência sobre o destinatário: “a palavra é escolhida e a frase posta de maneira a suscitar um efeito que se quer o mais imediato possível” [Lima, 1981: 16]. A cultura auditiva, introduzida provavelmente pelo

⁶ Note-se que no ensaio *O escritor e o público*, de 1955, em que Candido expõe o conceito do auditório enquanto o público normal da literatura no Brasil desde o período colonial, não se emprega o termo “auditividade”, utilizado só por Costa Lima.

ensino jesuítico, ”se diferencia dos discursos persuasivos das culturas orais porquanto estes visam à integração dos participantes (...), ao passo que a persuasão auditiva visa à submissão” [*ibidem*]. À vista disso, a dimensão desintegradora das enunciações na cultura auditiva impede a formação de uma perspectiva coletiva, favorecendo modelos assimétricos da comunicação. O autoritarismo, que se manifesta através das formas textuais com objetivos predominantemente persuasivos, implica a produção de narrativas sobre o passado organizadas conforme a perspectiva da classe dominante – sinalizando, aliás, a falta de um ponto de vista que não fosse dos detentores do poder em uma sociedade tão dilacerada e heterogênea como a brasileira. Marilena Chaui corrobora esta hipótese no seu ensaio *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária* [Chaui, 2001], reconhecendo que na sociedade brasileira, fortemente verticalizada, “as divisões sociais são naturalizadas em desigualdades postas como inferioridade natural” através “de um conjunto de práticas que ocultam a determinação histórica ou material da exploração, da discriminação e da dominação, e que, imaginariamente, estruturam a sociedade sob o signo da nação una e indivisa” [*ibidem*: 89-90, grifo meu]. Conforme a filósofa, “[e]ssa naturalização, que esvazia a gênese histórica da desigualdade e da diferença, permite a naturalização de todas as formas visíveis e invisíveis de violência” [*ibidem*] – a violência simbólica exercida pela classe dominante constaria na fabricação e imposição de um discurso sobre o passado que legitimasse o exercício do poder autoritário. A escrita da história, portanto, que toma como seu ponto de partida a perspectiva da pequena elite intelectual, procura distorcer a história nacional de jeito que não se evidenciasse o caráter precário, transitório, do seu poder. Desse modo, a lembrança individual é muitas vezes sufocada pela “história oficial celebrativa, cujo triunfalismo é a vitória do vencedor a pisotear a tradição dos vencidos” [Chaui, 1994: 19].

Foi, portanto, a literatura que assumiu o papel de dar inteligibilidade ao passado coletivo, uma vez que, ao contrário do que acontece com os discursos das ciências que procuram ocultar sua própria índole ficcional, ela manifesta a sua ficcionalidade [Iser, 2000]. Ela

também assume, ao nível estrutural, as limitações do seu próprio foco narrativo, abrindo mão de pretensões globalizantes e concentrando-se em experiência do indivíduo – como Machado de Assis, um míope, que na crônica publicada na “Gazeta de Notícias” em 11 de novembro de 1900 diz: “Eu gosto de catar o mínimo e o escondido. Onde ninguém mete o nariz, aí entra o meu com a curiosidade estreita e aguda que descobre o encoberto. (...) A vantagem dos míopes é enxergar onde as grandes vistas não pegam” [Assis, 1900]. A consciência daquilo que John Gledson [2003: 295] chamaria “miopia histórica” na obra de Machado traduz a noção de que qualquer tentativa de assumir uma perspectiva mais abrangente dos acontecimentos a fim de dar-lhes inteligibilidade não poderia senão fracassar, o que constitui uma das razões do gosto machadiano pela anedota e pela representação de pequenos universos familiares, com uma tendência para inventar “narradores postos em situação”, de jeito que, como diz Roberto Schwarz [1997: 12], o drama deles “só se completa quando levamos em conta a falta de isenção, a parcialidade ativa do próprio fabulista”. O que importa é o fato de que o próprio foco narrativo, enquanto um elemento estrutural, já desempenha seu papel como um veículo de significados: a incerteza diante das profundas transformações na esfera pública, muitas vezes inesperadas e contraditórias, traduz-se pela incapacidade de o narrador assumir uma visão olímpica, distanciada e onisciente, dos problemas da esfera privada.

Como elemento da cultura auditiva, a literatura desdobra também as características da oralidade, de modo que as obras que funcionam como veículos das interpretações do passado, embora escritas, mantêm marcas muito fortes do discurso destinado a um público de auditores⁷. As obras evocadas (de Assis e Rosa) possuem apenas um narrador e não permitem intervenções de outras instâncias narrativas – a presença de um interlocutor, portanto, serve apenas para criar um diálogo ilusório com um fim persuasivo, como no caso do

⁷ Neste parágrafo utilizam-se as categorias elaboradas por Ochs e Capps [2001: 1-58] no estudo das narrativas da experiência pessoal na vida extraliterária, isto é: *tellership*, *tellability* e *embeddedness*.

narrador de *Dom Casmurro*, Bento Santiago, que através de uma série de técnicas retóricas⁸ procura envolver o leitor e transformá-lo em cúmplice⁹. Elas têm um conteúdo altamente narrável (permitindo um entrelaçamento dos episódios) e apresentam um relativo desprendimento das circunstâncias em que se realiza a enunciação – uma plena realização disso seria sem dúvida a figura do “defunto autor” Brás Cubas, que em nenhum ponto da narrativa se refere às condições no além-túmulo¹⁰.

Através de uma sucinta apresentação dos aspectos culturalmente específicos do processo de desenvolvimento da vida intelectual brasileira procurou-se lançar uma nova luz sobre o conceito de auditividade, considerado fundamental para o estudo das complexas relações entre a literatura e a história no Brasil. Sob essa ótica, a ficção auto-narrativa de feição memorialística deve ser apreendida enquanto uma alternativa para o discurso histórico, uma vez que, manifestando a sua própria ficcionalidade e as limitações do seu próprio foco narrativo, ela consegue evitar as pretensões globalizantes que no caso da heterogênea sociedade brasileira se afiguram inadequadas.

⁸ Maria José Somerlate Barbosa [2002: 516-517] reconheceu no discurso do narrador técnicas de persuasão conhecidas desde a antiguidade, enquanto Helen Caldwell [2008: 99] repara que a narrativa de Santiago “não passa de uma longa defesa em causa própria” com Capitu “no banco dos réus”.

⁹ Veja o exemplo no capítulo LXII, “Uma ponta de Iago”: “E a alegria de Capitu confirmava a suspeita; se ela vivia alegre é que já namorava a outro, acompanhá-lo-ia com os olhos na rua, falar-lhe-ia à janela, às ave-marias, trocariam flores... E... quê? Sabes o que é que trocariam mais; se o não achas por ti mesmo, escusado é ler o resto do capítulo e do livro, não acharás mais nada (...)” [Assis, 1977: 158].

¹⁰ Há, no entanto, divergências, como no caso do famoso *incipit* de *Grande sertão: veredas*: “Nonada. Tiros que o senhor ouviu foram de briga de homem não, Deus esteja” [Rosa, 2006: 7]. No entanto, levando em consideração o tamanho da narrativa rosiana, as referências às circunstâncias de enunciação são muito escassas.

Referências bibliográficas

- ASSIS, J. M. M. (1900), “Crônica de 11 de novembro de 1897”, [on line] http://www.cronicas.uerj.br/home/cronicas/machado/rio_de_janeiro/ano1897/11nov1897.html – 1.01.2014¹¹.
- ASSIS, J. M. M. (1977), *Dom Casmurro*, Civilização Brasileira-INL, Rio de Janeiro–Brasília.
- BARBOSA, M. J. S. (2002), “Gambitos literários e encruzilhadas de decifração: discurso de narradores idosos na literatura brasileira”, *Hispania*, 85/3, pp. 515-523.
- CALDWELL, H. (2008), *Otelo brasileiro de Machado de Assis: um estudo de Dom Casmurro*, Ateliê Editorial, Cotia.
- CANDIDO, A. (2011), *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*, Ouro sobre Azul, Rio de Janeiro.
- CHAMBERLAIN, B. J. (1993), “Pós-modernidade e a ficção brasileira dos anos 70 e 80”, *Revista Iberoamericana*, 164-165, pp. 593-604.
- CHAUI, M. (1994), “Os trabalhos da memória”, em: Bosi, E., *Memória e sociedade: lembranças de velhos*, Companhia das Letras, São Paulo, pp. 17-33.
- CHAUI, M. (2001), *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*, Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo.
- CONNERTON, P. (1999), *Como as sociedades recordam*, Celta, Oeiras.
- DOMAŃSKA, E. (2000), “Wokół metahistorii”, em: White, H., *Poetyka pisarstwa historycznego*, Universitas, Kraków, pp. 7-30.
- DOMAŃSKA, E. (2006), “Wprowadzenie: pamięć, etyka i historia”, em: eadem (ed.), *Pamięć, etyka i historia: angloamerykańska teoria historiografii lat dziewięćdziesiątych*, Wydawnictwo Poznańskie, Poznań, pp. 13-27.
- FISCHER, L. A. (2008), *Literatura brasileira: modos de usar*, L&PM, Porto Alegre.
- GLEDSON, J. (2003), *Machado de Assis: ficção e história*, Paz e Terra, São Paulo.

¹¹ Conforme John Gledson [2003: 316] a data da publicação da crônica é 1900, e não 1897, como aparece na edição de *Obra completa*, de 1962.

- ISER, W. (2000), “What is Literary Anthropology? The difference between explanatory and exploratory fictions”, em: Clark, M. P. (ed.), *Revenge of the Aesthetic: The Place of Literature in Theory Today*, University of California Press, Berkeley, pp. 157-179.
- KANSTEINER, W. (2002), “Finding Meaning in Memory: A Methodological Critique of Collective Memory Studies”, *History and Theory*, 41/2, pp. 179-197.
- KLEIN, K. L. (2000), “On the Emergence of Memory in Historical Discourse”, *Representations*, 69, pp. 127-150.
- LIMA, L. C. (1981), “Da existência precária: o sistema intelectual no Brasil”, em: idem, *Dispersa demanda: ensaios sobre literatura e teoria*, Livraria Francisco Alves Editora, Rio de Janeiro, pp. 3-29.
- MIRANDA, W. M. (1999), “Moderno, pós-moderno e a nova expressão narrativa brasileira”, em: Castro, S. (ed.), *História da literatura brasileira*, vol. 3, Alfa, Lisboa, pp. 421-442.
- OCHS, E., CAPPS, L. (2001), *Living Narrative: Creating Lives in Everyday Storytelling*, Harvard University Press, Cambridge–London.
- OLICK, J. K., ROBBINS, J. (1998), “Social Memory Studies: From «Collective Memory» to the Historical Sociology of Mnemonic Practices”, *Annual Review of Sociology*, 24, pp. 105-140.
- OLICK, J. K. (2009), “Between Chaos and Diversity: Is Social Memory Studies a Field?”, *International Journal of Politics, Culture, and Society*, 22/2, pp. 249-252.
- PELLEGRINI, T. (2001), “Ficção brasileira contemporânea: assimilação ou resitência?”, *Novos Rumos*, 16/35, pp. 54-64.
- PENNA, J. C. (2006), “Este corpo, esta dor, esta fome: notas sobre o testemunho hispano-americano”, em: Seligmann-Silva, M. (ed.), *História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes*, Editora da UNICAMP, Campinas, pp. 299-354.
- ROSA, J. G. (2006), *Grande sertão: veredas*, Nova Fronteira, Rio de Janeiro.
- SCHWARZ, R. (1997), “A poesia envenenada de *Dom Casmurro*”, em: idem, *Duas meninas*, Companhia das Letras, São Paulo, pp. 7-41.
- SELIGMANN-SILVA, M. (2003), “Reflexões sobre a memória, a história e o esquecimento”, em: idem (ed.), *História, memória, literatura:*

- o testemunho na era das catástrofes*, Editora da UNICAMP, Campinas, pp. 59-89.
- WHITE, H. (2000), “Przedmowa do wydania polskiego”, em: idem, *Poetyka pisarstwa historycznego*, Universitas, Kraków, pp. 34-38.
- WINTER, J. (2006), “A geração da memória: reflexões sobre o «boom da memória» nos estudos contemporâneos de história”, em: Seligmann-Silva, M. (ed.), *Palavra e imagem: memória e escritura*, Argos, Chapecó, pp. 67-90.